

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.993 - SC (2019/0197036-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **ANTÔNIO ESCORZA ANTONANZAS**
ADVOGADOS : **ROSANA GARCIA QUIZA - PR025773**
: **ROSANA GARCIA QUIZA CARDOZO BUENO - SC028546**
EMBARGADO : **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MARIA EDUARDA**
ADVOGADOS : **MARCO AURÉLIO BERTOLI - SC005298**
: **ISABEL CRISTINA TELLES BORGES - SC009972**
INTERES. : **DÉBORA DIENER PINNOW**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTÔNIO ESCORZA ANTONANZAS contra decisão de fls. 962/964 e-STJ, que negou provimento ao agravo em recurso especial.

O embargante afirma que houve omissão porque, no presente caso,

"(...) existe uma peculiaridade que difere dos casos citados pelos julgados, que reside no fato de que a r. sentença exarada em primeira instância foi subdividida em duas partes.

Essa subdivisão gerou duas decisões diferentes, uma para cada uma das ações conexas, o que ensejou, inclusive, a interposição de dois Recursos de Apelação para apreciação pelo e. TJSC. A esse respeito, os recursos foram admitidos e processados, não existindo unificação em apenas um recurso, conforme se infere dos autos" (fl. 967 e-STJ).

A parte contrária não apresentou impugnação (fl. 980 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão atacada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015): obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

O tribunal de origem, em juízo de admissibilidade, não admitiu o processamento do apelo extremo por entender que ocorreu a preclusão consumativa, em virtude da existência de dois recursos especiais interpostos pela mesma parte contra o acórdão atacado.

Eis o excerto da decisão:

"(...)

A insurgência não merece ser admitida, tendo em vista a existência de dois recursos especiais interpostos pela mesma parte contra o acórdão atacado.

Superior Tribunal de Justiça

Mostra-se pertinente observar que o acórdão proferido pela Sexta Câmara de Direito Civil englobou as ações de reintegração de posse e de imissão na posse deflagradas pelos ora recorrentes, ou seja, tratou-se de uma única decisão, um ato processual singular.

Portanto, a parte recorrente não deveria apresentar mais de uma insurgência recursal, direcionando-as para cada ação, como se fosse possível cindir o acórdão prolatado e atacá-lo através de vários recursos, o que configura, indubitavelmente, ofensa ao princípio da singularidade, unicidade recursal ou unirrecorribilidade.

Em casos como o presente, pacificou-se o entendimento no sentido de que, em face do acórdão que aprecia, simultaneamente, as demandas principal e acessória, ou mesmo duas ou mais principais conexas, é admissível a interposição de apenas um recurso especial, o qual pode abranger aspectos inerentes a todas as ações, até porque, como já acentuado, o ato processual é único e global.

Compulsando os autos, verifica-se que a parte recorrente interpôs, no dia 07/05/2018, o Recurso Especial n. 00010424-15.2001.8.24.0005/50001, protocolizado sob o n. 2018.00020306-1. Na mesma data, porém com número de protocolo posterior - 2018.00020311-4, interpôs o presente reclamo" (fls. 909/910 e-STJ).

O embargante afirma que houve omissão porque, no presente caso,

"(...) existe uma peculiaridade que difere dos casos citados pelos julgados, que reside no fato de que a r. sentença exarada em primeira instância foi subdividida em duas partes.

Essa subdivisão gerou duas decisões diferentes, uma para cada uma das ações conexas, o que ensejou, inclusive, a interposição de dois Recursos de Apelação para apreciação pelo e. TJSC. A esse respeito, os recursos foram admitidos e processados, não existindo unificação em apenas um recurso, conforme se infere dos autos" (fl. 967 e-STJ).

Todavia, conforme afirmado na decisão embargada, não há reparo a fazer a tal entendimento.

O Superior Tribunal de Justiça tem orientação firme no sentido de que "A interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão inviabiliza o exame daquele que tenha sido protocolizado por último, em razão da ocorrência de preclusão consumativa e ante a aplicação do princípio da unirrecorribilidade das decisões" (AgRg nos EDcl no AREsp nº 646.183/RJ, Relator Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 15/12/2017).

Desse modo, não obstante o acórdão de origem ter resolvido demandas em ações conexas, tratou-se de uma única decisão, um ato processual singular, que deve ser impugnado por meio de apenas um recurso, sendo possível de ser admitida, na espécie, a interposição de um recurso especial, em respeito aos princípios da unirrecorribilidade e economia processual.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, AGRÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE PARCERIA RURAL. ALEGAÇÃO DA NECESSIDADE DE DUPLO PREPARO. ARGUMENTO INCOMPATÍVEL COM A REGRA DA UNICIDADE RECURSAL (UNIRRECORRIBILIDADE), COM O POSTULADO DA ECONOMIA PROCESSUAL E COM A REUNIÃO DE AÇÕES CONEXAS. CAPÍTULO DECISÓRIO QUE NÃO FOI OBJETO DE RECURSO. INOVAÇÃO RECURSAL.

PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO OBRIGACIONAL DE TRATO SUCESSIVO. TERMO INICIAL. DATA DE CADA INADIMPLEMENTO. ACTIO NATA. TEMPUS REGIT ACTUM. PRESCRIÇÃO PARCIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Ainda que o acórdão tenha resolvido as questões suscitadas em processos conexos, sua impugnação deve ser feita por meio de um único recurso, que exige apenas um preparo. Entendimento contrário implicaria exigir a duplicidade de atos processuais e tornaria inútil a reunião de ações conexas, contrariamente à regra da unicidade recursal (unirrecorribilidade) e ao postulado da economia processual. Evidente satisfação do preparo na espécie.

2. O capítulo decisório que não foi objeto de recurso é encoberto pela coisa julgada material, não podendo ser impugnado em recurso posterior. Por isso, a questão não devolvida em recurso especial não pode ser objeto de discussão em agravo regimental, o que constituiria inaceitável inovação recursal. Precedente.

3. Em se tratando de contrato cujo desenvolvimento compreende o pagamento de prestações de trato sucessivo, eventual inadimplemento viola o direito subjetivo do credor à percepção da parcela, fazendo nascer a pretensão, instante a partir do qual se inicia o curso do prazo prescricional consoante a teoria da actio nata, adotada pela pacífica jurisprudência do STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental do Espólio de Paulo Barcelos a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 615.735/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 26/11/2015)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DOIS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR ÓRGÃO COLEGIADO. ERRO GROSSEIRO. RECURSOS NÃO CONHECIDOS.

1. "Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força dos princípios da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa" (AgRg no AREsp 637969/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 1/9/2015, DJe 8/9/2015).

2. É cediço o não cabimento de agravo interno contra decisão proferida por órgão colegiado, constituindo erro grosseiro a reiteração do presente recurso.

3. Agravo interno e embargos de declaração não conhecidos"

(AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 1.017.447/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 4/12/2017).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Superior Tribunal de Justiça

1. A duplicidade de recursos interpostos pela mesma parte litigante, ante a incidência da preclusão consumativa, resulta no não conhecimento daquele que foi protocolizado por último.

2. Não pode ser conhecido o recurso que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, haja vista o disposto no art.

1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. O conteúdo normativo do referido dispositivo legal já estava cristalizado no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça na redação da Súmula nº 182/STJ.

3. Agravo interno não conhecido"

(AgInt no AREsp 1.084.668/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 27/10/2017).

Não se vislumbra, portanto, a existência das omissões apontadas.

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição, ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator